

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.496 - RJ (2020/0079736-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : MARCELO DE AMORIM PINTO (PRESO)
ADVOGADO : AUREA LUCIA DE ANDRADE SERAFIM FELIPE -
RJ187855
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO

DECISÃO

O recorrente alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo*.

De plano, verifico que **a inicial do feito não veio acompanhada de cópia do decreto preventivo**, o que prejudica sobremaneira a exata compreensão do caso, inviabilizando-se, assim, o exame do alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o paciente.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória.

É cogente ao impetrante – sobretudo quando se tratar de advogado constituído – apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a suscitada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefero liminarmente** o recurso em habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**